

JULIO ALCANTARA



Ulysses, com Lula, mantém ritmo de esforço, sem se preocupar com reeleição

Sarney arma para reeleger Ulysses

RITAMARIA PEREIRA
Da Editoria de Política

"É isso o que Sarney quer" — com esta frase o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) tentou atribuir ontem ao presidente José Sarney a responsabilidade pelas gestões que vem fazendo para permitir a reeleição dos membros da mesa da Câmara e, com isso, beneficiar o deputado Ulysses Guimarães, que teria a oportunidade de cumprir seu terceiro mandato consecutivo na presidência da Casa. Depois, Gibson assegurou que tinha autorização dos autores de destaque nesse sentido para fazerem uma fusão de texto, jogando nas disposições transitórias algo específico para Ulysses Guimarães. O senador Jorge Bornhausen soube, protestou e cobrou dele, pois assegura que quer a permissão para a reeleição como princípio, não de forma acasujística. O assunto pode ser decidido hoje.

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, assegurou que o Palácio do Planalto não se manifestará sobre o assunto porque entende que ele é da competência exclusiva da Constituinte. Ele não confirmou os números de Nilson Gibson, pelos quais ontem pelo menos 325 constituintes votariam a favor de um texto capaz de assegurar Ulysses Guimarães na presidência da Câmara, o que lhe garante ainda ocupar a vice-presidência da República.

O grupo que vota habitualmente com o Governo

está dividido (nessa questão). O deputado Luiz Eduardo Magalhães, por exemplo, não concorda com casuismo, nem acha bom que o plenário dê meios para alguém se perpetuar na presidência. Como disse, muitos na Casa trocam apoio por pequenos favores e se entrar alguém disposto a concedê-los, acabaria fixando-se no cargo indefinidamente. O deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), ao saber que havia uma tentativa de acordo para beneficiar apenas o atual presidente comentou: "é imoral".

Alguns partidos já se pronunciaram contra a possibilidade de reeleição dos membros da mesa da Câmara, como PDT, PT, PC do B, PTB, PSDB, enquanto no PMDB e no PFL a questão está aberta. Há quem ache que os sucessivos adiamentos para a colocação do tema em pauta comprovam a incerteza de que a tese teria apoio amplo do plenário. Um dos integrantes do grupo governista disse que a questão é ética, não partidária, ensejando oportunidade de posicionamento muito pessoal, subjetivo e de difícil avaliação.

Outro grupo de constituintes tem justificativa diferente para apoiar a reeleição de Ulysses Guimarães: ele é a pessoa que equilibra o processo político, fala grosso quando precisa mas não aceita provocação fora de hora do Palácio do Planalto e enfrenta o presidente Sarney quando entende oportuno.

O senador Jorge Bor-

nhausen explicou que o direito constitucional sempre permitiu a reeleição dos membros da mesa, proibida pela Junta Militar em 69. Por isso deseja que essa seja uma disposição permanente da Constituição, discordando que o assunto seja tratado como casuismo nas disposições transitórias.

Com esse mesmo argumento o líder do PCB, Roberto Freire, anunciou que votará pela retirada da proibição do texto da nova Carta. Isso não é antidemocrático, justifica, porque só conseguem voltar aqueles que provam competência para administrar. E o reeleito terá apoio do plenário.

A liderança do Governo não vem participando das gestões de Nilson Gibson, embora ele faça parte do colégio de vice-líderes e já tenha feito compromisso de não adotar nenhuma conduta capaz de colocá-lo em conflito com o grupo. O líder do PTB, Gastone Righi, repudia a recondução dos membros da mesa da Câmara porque acha que no parlamento todos são iguais e devem ter oportunidade de mostrar suas qualificações e competência para ocupar os cargos.

Righi defende o rodízio como forma de evitar a corrupção. Do contrário, disse, o presidente negocia cargos, aumento da cota postal, do telefone, faz trenzinhos da alegria e fica no cargo, o que é péssimo casuismo e um princípio negativo tanto mais quando a presidência cai nas mãos de pessoas menos escrupulosas.

Decisão ficará para os líderes

O Deputado Ulysses Guimarães não pretende se engajar no movimento que fazem alguns dos seus aliados e amigos em favor de sua reeleição na presidência da Câmara dos Deputados. Ulysses está convencido de que esta é uma questão a ser decidida pelas lideranças partidárias da Constituinte, não lhe cabendo qualquer comprometimento com o problema.

Mas, ainda que mantenha essa aparente neutralidade de magistrado, o presidente da Constituinte vem evitando a votação das propostas dos deputados Nilson Gibson e Rubem Medina e do senador Jorge Bornhausen, que permitiria a sua reeleição. Hoje, vários líderes contrários à derrubada do impedimento constitucional à reeleição estão dispostos a interpelar Ulysses para lhe indagar quais as razões pelas quais vem adiando a votação do artigo 59 — que impede a

reeleição de dirigentes legislativos.

O Deputado Genebaldo Correia, um dos vice-líderes do PMDB na Câmara, acha que não se pode afastar, de plano, a possibilidade de um entendimento de lideranças para permitir que Ulysses continue vice-presidente da República, como presidente da Câmara dos Deputados, não para atender a uma ambição pessoal do político paulista, mas para assegurar a permanência de uma peça-chave na transição em posto estratégico.

— A permanência do dr. Ulysses como vice-presidente não pode ser colocada em termos pessoais. Trata-se de algo que interessa ao processo de transição democrática. É uma questão institucional. Há alguns líderes políticos importantes entendendo assim. Ainda creio em entendimento — disse o deputado Genebaldo Correia.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, tem posição conhecida. Ele acha que, em qualquer hipótese, a presidência da Câmara será de um parlamentar do PMDB. De sua parte, só se dispõe a examinar a reeleição de Ulysses se a questão for colocada por lideranças de outros partidos. Sempre que não há consenso, convencionou-se adiar a votação da matéria até que as lideranças achem o caminho do entendimento.

Ontem à tarde, o deputado Nilson Gibson anunciava a intenção de apresentar outra proposta, no Capítulo das Disposições Transitórias, atribuindo ao presidente da Constituinte a presidência da Câmara no próximo biênio. Até amigos de Ulysses, como o deputado Fernando Gasparian, acham que emenda dessa natureza "só serviria para expor o Ulysses".

Chapa de Maluf é impugnada

São Paulo — A Justiça Eleitoral impugnou ontem a chapa de Paulo Maluf (PDS) e Arnaldo Faria de Sá (PJ) para prefeito e vice-prefeito da capital paulista. A alegação do promotor Jeto Pires foi de que Faria de Sá não entregou à Justiça Eleitoral sua ficha de antecedentes criminais.

A Justiça deu prazo de três dias para que Faria de Sá entregue o documento, caso contrário a chapa estará proibida de concorrer às eleições municipais deste ano.

O promotor Jeto Pires disse que Arnaldo Faria de Sá teria ainda que apresentar uma certidão negativa da 13ª Vara Criminal sobre um processo que respondeu em 1977 e que foi cancelado.

O diretório regional do PDS informou que pretende encaminhar o documento hoje à Justiça Eleitoral.